

# Política.



**Dilma afagando a base aliada**

O vice-presidente Michel Temer oferece hoje um jantar para a presidente Dilma, em nome do PMDB, no Palácio do Jaburu.

EDITORA:  
ANDRÉIA LOPES  
alopes@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8332  
agazeta.com.br/politica

gazetapolitica

## TERRENO MILIONÁRIO COSER SE EXPLICA A VEREADORES



Valor da área próxima à Ponte da Passagem foi questionado

EDNALVA ANDRADE  
eandrade@redgazeta.com.br

Após serem alvos de ação por improbidade administrativa, o prefeito de Vitória, João Coser (PT), e o procurador-geral do município, Jader Guimarães, convocaram reunião, ontem, com os vereadores. Eles explicaram a desapropriação, por R\$ 7 milhões, de área cedida pela União que foi doada pela Prefeitura de Vitória ao comerciante Eduardo Siepierski, em 1988.

A reunião, que aconteceu na prefeitura, foi marcada após a ação ser noticiada com exclusividade por A GAZETA. Coser só ficou em parte do encontro, que durou quase duas horas e teve a participação de técnicos da Secretaria de Obras e do secretário de Articulação Política, José Roberto Dudé (PT).

As explicações dadas pelo prefeito e pela área técnica foram consideradas convincentes pela maioria dos 10 vereadores presentes. Entre outros pontos, eles questionaram o valor da desapropriação – R\$ 7 milhões, sendo que engenheiros da prefeitura tinham avaliado a área em menos de R\$ 4 milhões.



EDSON CHAGAS

Prefeitura de Vitória comprou por R\$ 7 milhões uma área que ela mesma doou

Segundo os vereadores Ademar Rocha (PTdoB), Reinaldo Bolão (PT), Esmael Almeida e Zezito

Maio (ambos PMDB), enquanto o município avaliou a área em R\$ 500 por m<sup>2</sup>, peritos judiciais esta-

vam avaliando áreas na região, em Andorinhas, por cerca de R\$ 1 mil por m<sup>2</sup>. “Se a prefeitura pagou

menos de R\$ 900 por m<sup>2</sup>, fez bom negócio”, disse Zezito, líder do governo.

Já Ademar acredita que o problema foi a prefeitura só ter sido notificada em 2007 da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2003, que considerou a doação irregular. A desapropriação foi realizada em 2006.

“Se houve negligência, foi do TCU e da SPU (Superintendência do Patri-

### EXPLICAÇÃO

“A Procuradoria e a Secretaria de Obras deram todas as explicações. Nosso compromisso é entregar todas as informações”

**JOSÉ ROBERTO DUDÉ**  
Secretário de Articulação Política de Vitória

mônio da União)”, acredita Esmael. Em 2007, a SPU tentou anular a escritura de transferência para o comerciante, mas não conseguiu. Além de Coser, Guimarães e Siepierski, mais três pessoas responderam à ação.

### ENTENDA O CASO

#### Promorar

Em 1982, a União cedeu ao município de Vitória área de 142 mil m<sup>2</sup>, em Andorinhas, para implantar o Promorar – programa habitacional e de regularização de terra destinado a famílias carentes. Em 1988, a prefeitura doou 18.950 m<sup>2</sup> dessa área ao comerciante Eduardo Siepierski, com escritura em cartório.

#### Decisão do TCU

Em 2003, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a doação da área foi irregular e determinou que a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) anulasse a escritura.

#### Desapropriação

A prefeitura tentou desapropriar, em 1999, parte da área doada, mas procurador do município deu parecer para anular a doação e a escritura. Em 2006, a prefeitura pagou R\$ 7 milhões para desapropriar 10,2 mil m<sup>2</sup> da área doada, para obras da Ponte da Passagem. A Procuradoria entendeu não haver provas para anular a doação da área.

## DEM, PPS e PSDB aguardam documentos

Apesar de considerarem razoáveis as explicações dadas pela Prefeitura de Vitória, ontem, sobre a desapropriação de área próxima à Ponte da Passagem, os vereadores do DEM,

PSDB e PPS vão aguardar a documentação solicitada ao município para falarem melhor a respeito.

Os vereadores Fabrício Gandini (PPS) e Max da Mata (DEM) protocola-

ram requerimentos, mas a prefeitura ainda não tinha recebido os pedidos. “Sobre os fatos recentes, as explicações são razoáveis, mas da parte antiga, de 1988, preciso ter acesso

aos documentos”, ressaltou Gandini.

Mesmo considerando criteriosos as explicações do município, Max da Mata preferiu a cautela. “Vou aguardar a documenta-

ção. Há uma certa omissão do poder público federal, uma falta de critérios, que pode ter induzido o município ao erro. Mas preciso analisar as datas”, disse.

A vereadora Neuzinha Oliveira (PSDB) também vai aguardar cópia do processo de desapropriação,

que será enviada pela prefeitura a todos os vereadores. “Não basta só ouvir, tenho que ler e entender a documentação”, destacou Aloisio Varejão (PSDB).

Também estiveram presente na reunião os vereadores Serjão (PSB) e Luisinho Coutinho (PDT).